



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA
Estado de São Paulo

Ofício/CMG nº 051/2020


Garça, 18 de fevereiro de 2020.

Requerimento nº 0071/2020
Vereador: Wagner Luiz Ferreira.
Assunto: Déficit atuarial – lapen.

Senhor Presidente,

Em atenção ao contido no expediente supra, encaminhamos
cópia das informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município.

Atenciosamente,



JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
WAGNER LUIZ FERREIRA
Câmara Municipal de Garça
NESTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA
Estado de São Paulo
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Garça (SP), 18 de fevereiro de 2020.

Ao

Sr. Prefeito:

Trata-se de Requerimento nº 071/2020, datado de 10 de fevereiro do corrente ano, protocolado neste Paço Municipal, em 11 de fevereiro, de autoria do Vereador Wagner Luiz Ferreira, em que faz algumas considerações e requer que o Senhor Prefeito encaminhe dados, informações e/ou estudos que comprovem a existência de déficit atuarial no RPPS, justificando assim a necessidade de se aplicar o mesmo índice dos servidores da União a todos os servidores municipais, é o resumo do necessário.

Primeiramente cabe esclarecer que o cálculo atuarial, do último exercício, findado em 31 de dezembro de 2019, ainda encontra-se em fase de elaboração, segundo informações passadas pelo IAPEN.

Por outro lado, nos termos do § 5º do art. 9º da Emenda Constitucional 103/2019, copiada no requerimento em testilha, havendo segregação de massa em vigor, “a contrário senso”, será considerado deficitário o Regime Previdenciário.

Lembramos que a Portaria MPS nº 403/2008 estabeleceu a separação do conjunto de participantes do regime em dois grupos distintos, um abrangido por Plano Previdenciário e o outro por Plano Financeiro, sendo que o grupo portador de serviço passado integrará este último plano, que é estruturado sob regime de repartição simples em face da impossibilidade de se elevarem as alíquotas para cobrir o período não contributivo, ou do excessivo custo envolvido nessa operação.

Esse procedimento denomina-se segregação da massa, nos termos definidos no art. 2º da Portaria MPS nº 403/2008 a seguir transcrito:

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria considera-se:

.....

XIX - Segregação da Massa: a separação dos segurados vinculados ao RPPS em grupos distintos que integrarão o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA
Estado de São Paulo
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A segregação da massa é uma forma de equacionamento do déficit, pois, nessa modelagem, o Plano/Fundo Financeiro apresenta insuficiência de recursos a ser coberto, mensalmente, pelo Tesouro.

Desta forma, senhor Prefeito, ficou evidenciado que o RPPS de Garça, gerido pelo IAPEN, é deficitário, em razão da segregação de massa em andamento.

Atenciosamente,


SANDOVAL APARECIDO SIMAS
Procurador Geral do Município de Garça
OAB/SP nº 144.708

